

**UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANDRÉA DE ANDRADE GONÇALVES  
FLÁVIA DANTAS FERREIRA  
MARIA APARECIDA AMADO DE OLIVEIRA**

**SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:  
A ATUAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA ASA- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO  
BRASILEIRO EM POÇO VERDE-SE.**

**Aracaju/SE  
2013**

ANDRÉA DE ANDRADE GONÇALVES  
FLÁVIA DANTAS FERREIRA  
MARIA APARECIDA AMADO DE OLIVEIRA

SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:  
A ATUAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA ASA- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO  
BRASILEIRO EM POÇO VERDE-SE.

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Ana Carla Barreto

Aracaju/SE  
2013

ANDRÉA DE ANDRADE GONÇALVES  
FLÁVIA DANTAS FERREIRA  
MARIA APARECIDA AMADO DE OLIVEIRA

SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL  
A ATUAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA ASA- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO  
BRASILEIRO EM POÇO VERDE- SE.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes, como pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Ana Clara Barreto  
Universidade Tiradentes - UNIT

---

Nome do professor (a)  
Universidade Tiradentes – UNIT

---

Nome do professor (a)  
Universidade Tiradentes - UNIT

## **AGRADECIMENTOS**

A jornada parecia nunca ter fim, não foi fácil, muitas vezes pensei que nunca ia conseguir chegar até aqui. As metas foram alcançadas através de caminhos traçados, antes era um sonho e hoje uma realidade. Agradeço muito a Deus por mim dar forças para enfrentar todas as barreiras que nunca me fez desistir.

Quero agradecer as colegas que adquirir no decorrer do curso muitas ficaram pelo caminho, mas as que levarei comigo só tenho agradecer a Andrea por me compreender nas horas da minha ausência e principalmente a Cidinha, por me ajudar a conhecer melhor o curso e me dar muitas oportunidades em aprender.

Agradeço a todos da ASA em Poço Verde por nos acolher com tanto carinho, companheirismo e dedicação, nunca fui tão bem recebida de braços abertos como fui com vocês, nos ajudaram bastante para essa linda construção.

Agradeço também aos mestres da UNIT e as minhas orientadoras pela paciência e dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Tenho a maior satisfação e consciência em poder agradecer a todos e todas autores e autoras que passam suas vidas se dedicando a leitura e pesquisa para poder compreender melhor a conjuntura da sociedade e assim contribuir com os nossos estudos nos despertando para a necessidade de conhecer a realidade e poder transformá-la para melhor.

Fica na minha mente e na minha vontade de agir profissionalmente o ódio de Gramsci pela indiferença, pelo comodismo e pela falta de ação.

Quero agradecer imensamente ao povo do Semiárido que mesmo com todos os estereótipos pregados por essa sociedade injusta por longos e longos anos conseguem provar que o sertão é terra de gente corajosa, não por que enfrenta a seca, mas por que aprendi a conviver com ela e enfrenta os coronéis.

Agradeço a todos da ASA estadual nas pessoas de Elis Gardênia, Gildo Alves e José Antônio que além de contribuir com seus ensinamentos, nos deram total liberdade, acreditando sempre no resultado da pesquisa para a contribuição das ações da articulação no estado. E é com muita alegria que agradeço as pessoas guerreiras que compõem a comissão municipal da ASA em Poço Verde, gente que faz, mesmo quando tudo ao redor contribui para que não aconteça.

E por último, agradeço as minhas duas colegas de TCC que agora se tornam amigas, por que depois de toda essa angustia com certeza se continuamos a sorrir é por que construímos uma amizade.

“O socialismo vitorioso não poderá consolidar sua vitória e conduzir a humanidade no sentido da extinção do Estado se não tiver realizado integralmente a democracia”

Lênin

## RESUMO

O presente trabalho tem como principal finalidade analisar quais as questões que impedem a ação efetiva da Comissão Municipal da ASA- Articulação Semiárido Brasileiro em Poço Verde- SE que tem uma ação voltada para busca da garantia de direitos das pessoas que vivem no semiárido daquela região. Tem como objetivos específicos analisar o que impede o exercício pleno no que diz respeito à participação dessa comissão, conhecer os avanços e desafios da ASA em relação às estratégias de formação e mobilização social para convivência com o semiárido e estudar o protagonismo da sociedade civil como premissa para efetivação de políticas públicas. A Pesquisa teve como método o dialético e a entrevista semiestruturada com pesquisa bibliográfica em livros, artigos publicados em internet e cartilhas tendo como embasamento teórico autores como Gramsci, Pedro Demo e Maria Glória Gonh. A pesquisa de campo foi realizada com integrantes da comissão municipal do município de Poço Verde-SE que fica a 145 km da capital Aracaju, sendo eles todos representantes da sociedade civil que possibilitou juntamente com o estudo bibliográfico uma análise profunda sobre a construção e atuação da sociedade civil desde seus primeiros passos rumo ao protagonismo até a contemporaneidade, mostrando que a maior dificuldade para avançar nas ações é a falta de estrutura, de organização, planejamento e estudo reflexivo e crítico sobre o papel da sociedade civil enquanto agente participativo que promove mudanças na ordem vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade Civil, Participação Social, Comissão Municipal da ASA.

## ABSTRACT

This work has as main goal to analyze what issues prevented effective action of the City Commission of the Joint ASA - Brazilian semiarid in Poco Verde UP which has an action oriented pursuit of ensuring the rights of people living in the semiarid region that region . Its specific objectives are to analyze what impedes the full exercise with regard to the participation of that committee , meet the progress and challenges of the ASA regarding the strategies for training and social mobilization for coexistence with the semiarid and study the role of civil society premised for effective implementation of public policies . The search was to the dialectical method and semi-structured interviews with literature in books , articles published on the internet and booklets having as authors theoretical basis as Gramsci , Peter and Mary Glory Demo Gonh . The field research was conducted with members of the municipal committee of the city of Green Well , That is just 145 km from the capital Aracaju , they are all representatives of civil society that enabled along with the bibliographical study a thorough analysis of the construction and operation of civil society since its first steps towards the role until nowadays , showing that the greatest difficulty to advance in stocks is the lack of structure , organization , planning, and critical and reflective study of the role of civil society as an agent that promotes participatory changes in existing order .

**KEYWORDS :** Civil Society , Social Participation, Municipal Committee of the ASA



## LISTA DE ABREVIATURAS

AMASE- Associação Mão no Arado de Sergipe

AP1MC- Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais

ASA- Articulação Semiárido Brasileiro

ASCAPOVE- Associação de Cultura Artesanal do Amargosa

CACTUS- Associação de Desenvolvimento Humano, Social e Cultural

CDJBC- Centro Dom José Brandão de Castro

CF/88- Constituição Federal de 1988

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas

COP3- 3º Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação

FBB- Fundação Banco do Brasil

FETASE- Federação dos Trabalhadores de Sergipe

GRH- Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos

GT- Grupo de Trabalho

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social

ONG- Organização Não Governamental

OSCIP- Organização Social com Caráter de Interesse Público

P1+2- Programa Uma Terra e Duas Águas

P1MC- Programa Um Milhão de Cisternas Rurais

SASAC- Sociedade de Apoio Social e Cultural

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UGM- Unidade Gestora Micro Regional

UGT- Unidade Gestora Territorial

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. UMA ANÁLISE SOBRE OS TERMOS SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 SOCIEDADE CIVIL, CONCEITO E INFLUÊNCIAS DE ANTÔNIO GRAMSCI.....	13
2.2 O HISTÓRICO DE LUTA PELO PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.....	17
2.3 PARTICIPAÇÃO, O SENTIDO E A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA...	21
<b>3. A ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA ASA-ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO EM POÇO VERDE-SE.....</b>	<b>23</b>
3.1 A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO NO ESTADO DE SERGIPE.....	24
3.2 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS COM A COMISSÃO MUNICIPAL DE POÇO VERDE.....	27
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>
<b>6. APÊNDICE.....</b>	<b>37</b>
6.1 APÊNDICE A – ENTREVISTA.....	37
6. 1.1 APÊNDICE – FOTOS DA ENTREVISTA.....	46
6.2 APÊNDICE B – FOTOS DAS TECNOLOGIAS.....	49
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que há um histórico de vontade de dominação existente na sociedade, é necessário estudar estratégias que possam conscientizar o povo do real sentido da participação e que essa mesma participação não pode ser doada por quem detêm o poder, mas que precisa ser conquistada de maneira ativa e constante.

Acreditar que a sociedade civil tem um papel fundamental no processo construtivo das políticas públicas, não é apenas aceitar o que está posto pelo Estado, mas provar que para uma política pública realmente ser efetiva ela precisa respeitar as especificidades de cada local e essas só podem ser levantadas pelas pessoas da comunidade que conhece e valoriza o local onde vive.

O projeto de pesquisa nasce da vontade incessante de buscar explicar como um determinado grupo da sociedade civil pode se organizar e agir de forma planejada e consciente na busca pela garantia de direitos, enxergando o poder público como um órgão que tem como dever atender as necessidades apresentadas e não como quem faz por bondade ou concessão, o que reproduz práticas paternalistas e assistencialistas.

Conhecer o processo histórico no qual se construiu a sociedade civil e como a mesma precisa se reconhecer enquanto protagonista dessa história, é um dos papéis do/a assistente social, se o objetivo é trabalhar na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária, só é possível lutar contra a desigualdade, se os/as desiguais estiverem fortalecidos/as, se sentindo valorizados/as e percebendo o poder transformador que tem a construção coletiva.

Por tanto, a oportunidade de estudar a teoria e visualizar na prática da comissão municipal da ASA- Articulação Semiárido Brasileiro de Poço Verde-SE comprova que é possível o desenvolvimento de uma comunidade através da formação política e da mobilização social. É de total relevância para o Serviço Social que através do seu projeto político pedagógico possa atuar com eficácia, não no sentido de ensinar, mas de unirem-se a essas lutas.

Objetivo geral é analisar quais as questões que impedem a ação efetiva da comissão municipal da ASA na busca pela garantia de direitos e por que a mesma não consegue atingir o exercício pleno da participação social

mesmo se tratando de um grupo organizado e o específico são compreender os conceitos teóricos e práticos sobre os termos sociedade civil e participação, conhecer os avanços e desafios da ASA-Articulação Semiárido em relação às estratégias de formação e mobilização social para Convivência com o Semiárido, estudar a importância da participação social como premissa para efetivação de políticas públicas.

O método utilizado será o dialético que possibilita um aprofundamento no entendimento das questões culturais, sociais, políticas e econômicas. Com o objetivo de esclarecer os questionamentos expostos nesse projeto, no momento de coleta de dados optaremos pela entrevista semiestruturada, a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo.

A flexibilidade da entrevista semiestruturada será de fundamental importância nesse processo, por possibilitar ao pesquisador uma organização dos questionamentos de acordo com a realidade pesquisada. Para que a entrevista ocorra com eficácia marcaremos as datas com os participantes da comissão municipal da ASA, como cumprimento da ética profissional todas as entrevistas serão gravadas para que haja proteção de ambas as partes.

A escolha da pesquisa de campo nos proporcionará um contato com a realidade empírica. Finalizando, a pesquisa bibliográfica aqui em questão pretende buscar em livros, artigos publicados na internet e cartilhas a retomada constante do tema abordado.

Os sujeitos da pesquisa serão representantes da sociedade civil que compõem a comissão municipal da ASA no município de Poço Verde. Com relação à amostra, não será efetuada, devido à minuciosidade da investigação.

## **2. UMA ANÁLISE SOBRE OS TERMOS SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Esse capítulo abordará um conceito do termo “sociedade civil” na visão de Antônio Gramsci, filósofo italiano nascido em 22 de janeiro de 1891 em Alghero, na Sardenha, trata-se de um grande pensador que influenciou vários autores brasileiros na década de 1970, suas contribuições irão proporcionar embasamento para uma análise mais aprofundada sobre a importância de ter-se um olhar específico para a sociedade civil.

O capítulo descreverá também sobre o histórico pela luta do protagonismo da sociedade civil no Brasil, pensando mais especificamente nos movimentos sociais e Ongs- Organizações não Governamentais, numa perspectiva de conhecer melhor essa trajetória de luta e como ela acontece nos dias atuais. Imprescindivelmente incluso nesse contexto estará à importância da participação social como conquista para garantia de direitos, procurando conhecer o significado em suma dessa palavra tão usada dentro de todas as organizações sociais.

O objetivo dessa abordagem para pesquisa se dá através da busca pelo conhecimento teórico no que diz respeito à organização da sociedade civil e como a mesma vem conquistando historicamente seu espaço, para que seja possível compreender o que acontece na contemporaneidade que impede que muitos grupos organizados como as comissões municipais da ASA possam agir com mais eficácia na busca por efetivação de políticas públicas.

### **2.1 SOCIEDADE CIVIL, CONCEITO E INFLUÊNCIAS DE ANTÔNIO GRAMSCI**

Algumas revoluções que marcaram a trajetória da sociedade civil e que foram grandes pontos de partida para que o povo percebesse a sua força, como exemplo, a Revolução Industrial que aconteceu no final do século XVII, tiveram uma grande importância no despertar e na conscientização para que a sociedade possa enxergar que aquilo que é imposto pela ordem vigente pode

ser transformado e alinhado no intuito de realmente atender os anseios da população.

Para que aja uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno é preciso primeiramente entender um conceito sobre sociedade civil pensado e escrito por Antônio Gramsci que influencia até hoje vários grupos que objetivam fortalecer-se para enfrentar desafios provocados pela conjuntura de uma sociedade capitalista. Antes de adentrar nas contribuições de Gramsci é de total relevância fazer um breve contraponto com o filósofo alemão Karl Marx, já que Gramsci é neomarxista.

Segundo Coutinho (1989),

“Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas “apenas” as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico. (COUTINHO, 1989, p. 74)

E de que maneira Gramsci “amplia”, com seu conceito de sociedade civil, a teoria marxista “clássica” do Estado? A grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal; essa descoberta os levou, em contraposição a Hegel, a “dessacralizar” o Estado, a desfetichizá-lo, mostrando como a aparente autonomia e “superioridade” dele encontram sua gênese e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo.”

Assim, a descoberta de Marx e Engels na conceituação sobre o Estado resulta na histórica luta de classes existente até os dias atuais entre a classe trabalhadora e a classe que detêm o poder, através dos estudos desses filósofos foi possível perceber as razões do surgimento das grandes desigualdades sociais. De acordo com Coutinho, a gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe quando e enquanto existir essa divisão.

A ampliação apresentada por Gramsci surgiu com muita maturidade e reflexão sobre todo contexto histórico vivido por Marx, um dos seus principais escritos resultaram nos Cadernos de Cárceres enquanto estava preso no período entre 1926-1936, é nessa obra que ele conceitua o termo sociedade civil.

Conforme Coutinho (1989),

Um trecho que está entre as primeiras anotações carcerárias de Gramsci, datando provavelmente de março de 1929-, nosso autor mostra como seu conceito de “sociedade civil”, sua concepção ampliada de Estado, parte precisamente do reconhecimento dessa socialização da política no capitalismo desenvolvido, dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa. (COUTINHO, 1989, p.75)

O enriquecimento de Gramsci é realmente essa visão ampliada, ele reconhece todo pensamento de Marx com relação ao Estado e principalmente a divisão de classes, mas ver que além da classe trabalhadora existem outras classes que precisam ser conscientizadas politicamente para fazer parte dessa luta contra o poder do Estado.

“Marx não podia ter experiências históricas superiores as de Hegel (pelo menos muito mais superiores).(...) O conceito de organização em Marx permanece ainda preso aos seguintes elementos: organizações profissionais, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística.” (GRAMSCI p.57 apud, COUTINHO, 1989)

Nota-se que a crítica de Gramsci é pelo desconhecimento de Marx nos vários outros grupos existentes que podem vir a participar e contribuir na construção política, tudo isso parte do conceito que ele define sobre Estado ampliado, o que ele denomina de superestrutura, de acordo com Hora, o Estado ampliado para Gramsci é a junção das duas esferas, a: Sociedade Política e a Sociedade Civil.

Ver-se que é a mesma divisão de classes, mas em Gramsci a sociedade civil é vista de maneira que vai além do proletariado, olhando de maneira mais humanitária para essa sociedade que é composta por várias pessoas que não necessariamente estão ligadas a classe trabalhadora ou a indústria, mas que também compõem o outro lado que não está no poder.

Portanto, o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em seu sentido estrito” ou Estado- coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coersão sob

controle das burocracias executiva e policia militar.  
(COUTINHO 1989, p.76)

É interessante atentar-se para essa avaliação, sabe-se que a muito o Estado se utiliza do seu poder para oprimir a sociedade civil, não obstante, é possível perceber vestígios dessa opressão na atualidade, na dificuldade que se encontra para conseguir utilizar-se de mecanismos públicos como a saúde, educação e assistência.

Como se viu na história, o Brasil já viveu seu período de ditadura com regime militar, várias mudanças aconteceram que proporcionaram uma dita liberdade de expressão, mas a presença da policia militar ainda é presente no nosso país que julga intitular-se de socialista. A contribuição de Gramsci para a sociedade civil é imprescindível, é através das suas análises que foi possível olhar conjuntamente para as questões sociais que assolam nosso país.

Conforme Coutinho, (1989) para Gramsci,

A sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação em massa) etc. ( COUTINHO, 1989 apud GRAMSCI)

Então, a sociedade civil são todas as pessoas que não fazem parte da sociedade política, isso resulta numa possibilidade de conscientização em massa, através do fortalecimento de valores culturais e disseminação desses valores por toda sociedade, Gramsci acredita na construção de uma nova hegemonia, lembrando como diz Coutinho que ambas em conjunto formam “o Estado” (no significado integral: ditadura + hegemonia).

Assim, o Estado em Gramsci tem na sua composição uma superestrutura, a sociedade politica responsável pela dominação, burocracia e poder militar e a sociedade civil que é composta não somente pela classe trabalhadora, mas pelas pessoas que fazem parte de vários outros grupos como a família, a igreja, a escola e muitos outros.

Desse modo, o pensamento de Gramsci é capaz de fornecer sugestões não somente para a interpretação de nosso



passado, mediante os conceitos de “revolução passiva” e “transformismo”, mas também para a análise de nosso presente, através da noção de “Estado ampliado”, e pode também contribuir para elaboração de uma estratégia de luta pela democracia e pelo socialismo, concebida como “guerra de posição”. É aqui que devem ser buscadas as raízes da grande influência do pensamento de Gramsci no Brasil de hoje e, em particular, do papel fundamental que ele tem desempenhado no processo de autocrítica e de modernização que envolve a esquerda brasileira. (COUTINHO, 1989, p. 135)

É de total relevância perceber o leque de visões que se ampliam no Brasil a partir dessa concepção, muitos acontecimentos foram promovidos pela participação da sociedade civil, principalmente quando os movimentos sociais começam a insurgir e contestar a ordem vigente no país, por isso a importância de trazer um pouco desse conceito de Gramsci sobre sociedade civil, para daí construir a trajetória de luta e reconhecimento dessa sociedade.

## 2.2 O HISTÓRICO DE LUTA PELO PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Definir-se como sociedade civil e está conscientizada da importância da sua participação como órgão provocador de mudanças é um nível importante e necessário para se alcançar o protagonismo.

No Brasil, no século XIX registram-se dois marcos que foram considerados como manifestações da sociedade: o primeiro foi o movimento para a independência, onde não foi somente Dom Pedro I o interessado, mas uma relevante parcela da sociedade que tinha interesses políticos e que também se preocupava naquele momento em tornar o Brasil independente de Portugal. Outro grande marco foi o movimento abolicionista, que tinha dois pilares fortes da sociedade, os negros e a classe social formada principalmente por artistas que entendia que o trabalho escravo significava um atraso social, econômico e cultural, já que o Brasil foi o último a aderir a abolição.

Mas é no século XX que acontecem os primeiros momentos de participação da sociedade civil com um teor mais populista. O país vivia a era Vargas e o crescimento industrial, o que se pode chamar de crescimento da vida urbana que gerou vários conflitos trabalhistas, surgiram então os primeiros

sindicatos trabalhistas, divididos em três correntes: o anarcossindicalismo, os reformistas e o sindicato amarelo.

Para os anarcossindicalistas era necessária a construção de uma sociedade sem a presença do Estado, os reformistas acreditavam que com luta e pressão seria possível mudar a estrutura do Estado e já os sindicatos amarelos optavam pela reconciliação junto ao Estado e o capital.

Com a criação do Ministério do Trabalho em 1930, os sindicatos se tornam cooperados do Estado, Getúlio Vargas cria a CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas e com a criação da Lei de segurança nacional Vargas por divergência de interesses expulsa do país algumas lideranças sindicais. Inicia-se então o Estado Novo, período em que vários sindicalistas foram cooptados.

O governo de João Goulart (1961-1964), mesmo sendo curto foi marcado por várias manifestações causadas pela classe trabalhadora, tanto rural como urbana. Em março de 1964 inicia-se o período da Ditadura Militar.

Para Montañó (2011 apud Duriguetto, 2013, p.89)

A resistência à ditadura e a redemocratização do país, como aparato repressivo-militar, ocasionou várias prisões, torturas, assassinatos de presos políticos, estes fatores levaram os militares a clandestinidade e ao exílio.

Em meio a toda a repressão da ditadura a ideia de protagonismo da sociedade civil se fortalece, reforçando o pensamento de Gramsci como diz Gohn “A filosofia política de Gramsci destaca a importância da organização da sociedade civil para a mudança na sociedade política”.

Assim, o Brasil vive na década de 1970 até a conquista da CF/88- Constituição Federal de 1988 um momento intenso na luta pela redemocratização do país. O termo Sociedade Civil se tornou muito mais corriqueiro, pois foi nessa época que a sociedade civil se mobilizou de maneira organizada, baseada em conceitos teóricos para lutar contra o poder atual, o regime militar, que pregava a não democratização e fortalecia cada vez mais o grande capital. Foi neste cenário que surgiu a inquietação por parte da sociedade civil.

Conforme Gohn (2008),

Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil, naquele período, foi dado pela noção de autonomia: tratava-se de organizar-se independentemente do Estado (na maioria das vezes de costas para o mesmo). Na realidade, a autonomia também era um discurso estratégico para evitar alianças consideradas espúrias, para que o perfil de certos grupos da sociedade civil fosse configurados segundo alguns princípios, para que não houvessem reprodução de práticas autoritárias estatais e nem práticas consideradas superadas, como as baseadas no centralismo democrático das correntes de esquerda mais radicais ou mais tradicionais, dependendo da interpretação. (GOHN, 2008, p.71)

Esse passo foi bastante importante para sociedade civil como um todo, pois vale ressaltar que todos e todas estavam em busca da liberdade democrática, várias manifestações aconteceram e marcaram para sempre os autos da sociedade civil, como as manifestações causadas por estudantes que primeiramente reivindicavam por mais vagas na universidade e melhoria nos restaurantes, esse grupo se tornou fortalecido depois do assassinato de um dos estudantes pelos militares, foi então que insurgiu o movimento estudantil, que agora tinha como pauta de luta ações contra a repressão, a política educacional e ocupações da reitoria.

Outra manifestação importante de ser lembrada, principalmente pelo contexto, é a Passeata do Cem Mil, uma das maiores movimentações da sociedade civil na época da Ditadura Militar.

De acordo com Gohn, (2008),

A democracia direta e participativa, exercida de forma autônoma, nos locais de moradia, trabalho, estudo e etc. era tida como o modelo ideal para construção de uma contra-hegemonia ao poder dominante. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência e de resistência ao regime político predominante. (GOHN, 2008, p.71)

Esse era o cenário, muitas passeatas, greves, manifestações, era o que agora estava imposto pela sociedade, que também se organizava dentro de uma proposta política que resultou na criação de vários grupos sociais como o das mulheres, ambientalistas, homossexuais, de raça e etnia, camponeses e etc.

A formação de ONGs- Organizações Não Governamentais, instituições e associações também foi um marco dessa época. A culminância de toda essa revolução provocada pela sociedade civil foi à criação e aprovação da CF/88.

Segundo Montaño (2011 apud DURIGUETO, 2013, p.92),

“O movimento Diretas-Já demonstrou a importância da organização da sociedade em torno de uma ideologia, ou seja, só o povo organizado poderia provocar uma transformação societária desta magnitude, elevando a autoestima dos brasileiros e reascendendo a chama reivindicativa das lutas das classes trabalhadoras e por conquista por direitos”.

Não se tratava somente da luta de classes, mas de um conjunto de bandeiras que acreditaram na ação coletiva para a derrubada do regime opressor, a sociedade civil estava fortalecida, embasada teoricamente e satisfeita em ver o resultado da participação.

Em 1990, depois da conquista da CF/88, os direitos e deveres agora seriam regidos por leis que pudessem contemplar todas as camadas da sociedade, começa-se então mais uma busca incessante, de que maneira aconteceria a efetivação dessas leis. A análise de Maria Glória Gohn traz uma reflexão muito interessante de acordo com mais esse novo cenário,

“Houve um retorno ao atendimento da população a partir dos critérios da idade, gênero e etnia. De um lado este fator expressa uma conquista dos movimentos organizados, que demandaram atendimento as suas especificidades culturais, o respeito às suas identidades e às diferenças, e políticas que considerassem o lado subjetivo das ações humanas (...). Por outro lado esse tratamento quando congelado na execução de uma política pública, deve contar com a presença de espaços públicos novos para operacionalizar as políticas de forma diferente, que sejam representativos, com participação efetiva da comunidade (...)”.(GOHN, 2008, p.76)

Diante dessa análise ver-se o começo de mais uma luta para que as leis tornem-se políticas públicas e que possam atender a população de maneira que a mesma participe conjuntamente da elaboração e execução dessas políticas, o risco era de mais vez o Estado olhar para a sociedade civil com superioridade, dividindo a população por classes, com atendimentos emergenciais e assistencialistas.

A crise dos movimentos sociais acontece a partir de 1990 e se arrasta até os dias atuais, com a chegada do neoliberalismo causa de muito desemprego e exclusão, vários movimentos se extinguiram ou se tornaram muito fragmentados, alguns se fundiram com ONGs que juntamente com o Estado atua para diminuir as questões sociais causadas pelo neoliberalismo.

O retrato mais atualizado que temos sobre a movimentação da sociedade civil são as manifestações acontecidas em 2013, à sociedade civil novamente insurgiu para reivindicar por melhoria das políticas públicas em todos os âmbitos, saúde, educação, moradia, transporte etc. As pessoas nas ruas também gritavam por respeito com relação a aspectos sociais, como o homossexualismo, o feminismo e o racismo.

Nesse breve histórico percebe-se claramente a ascensão e a crise vivida pela sociedade civil, a busca por um lugar digno, justo e igualitário no país é histórica, mas é de total relevância perceber também a força que a sociedade civil expressa quando está conscientizada do poder da sua participação, as dificuldades agora são outras, o contexto é outro, estamos na era da globalização e do capitalismo ferrenho, onde os valores culturais e sociais se confundem com as culturas de massa, mas é importante sempre está atento pois novas oportunidades podem surgir pois como dizia o nosso querido Betinho “ a sociedade civil tem um papel central, o poder está na sociedade civil, não no Estado. O Estado é o instrumento”.(GOHN, 2008, p.78).

### 2.3 PARTICIPAÇÃO, O SENTIDO E A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA

Falar em participação requer um olhar diferenciado da palavra, pois atualmente ela é usada tão corriqueiramente que é possível perceber que em algumas vezes o seu sentido se torna banal ou até mesmo incompreendido.

Conforme Demo (2001),

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. (DEMO, 2001, p.18)

Assim, participar no sentido reflexivo da palavra traz uma conotação de inacabado, é preciso está sempre como sujeito ativo para que possa garantir a participação. Para Demo (2001, p.18) “A partir dessa noção, coloca-se a outra, de que participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente”.

Trata-se de uma busca incessante, que precisa ser percebida por quem objetiva participar, ao contrário corre-se o risco dessa participação tornar-se alienada somente para camuflar ainda mais atos de dominação, uma vez que,

Historicamente, é importante considerar alguns aspectos do discurso da participação, sobre tudo aqueles estimulados e apreciados pelo poder público. Estes aparecem já após um certo desgaste do que até então é chamado de desenvolvimento.(SOUZA, 2004, p.79)

Partindo do pressuposto que para garantir espaços de participação é preciso conquistá-la de maneira reflexiva e constante, faz-se necessário entender o processo social que envolve esse direito.

Para Souza (2004),

A participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza, no entanto, enquanto ser social, nasce já num contexto historicamente dado. (SOUZA, 2004, p.81)

Por esse motivo vários grupos se organizam para ir em busca dos seus direitos que a muito são negados, ver-se que esses grupos não são determinados pela classe econômica, conforme afirma Souza (2004),

A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal;é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às condições básicas de existência”( Souza, 2004, pag.81).

É uma ação que requer posicionamento, tendo em vista que é necessário unir-se para cobrar do Estado o que dele é dever de cumprir, então não é somente fazer parte de um grupo, é compreender a causa e perceber que não são os outros que darão a oportunidade de participar.

Segundo Demo (2001),

Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro.(DEMO, 2001, p.20)

Para alcançar esse estágio de consciência, nota-se a necessidade de está munido de conhecimento histórico, de organização, planejamento e muita vontade de transformar a realidade do grupo ou comunidade. Porém como afirma Gohn (2008),

Para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos de conteúdos das mensagens implícitas, determinar quem é o emissor e o receptor, que universos simbólicos contêm, que valores defendem ou rejeitam”. (GOHN, 2008, p.31)

O ato de participar é profundamente o sentido da palavra, é essa compreensão que desperta no grupo a necessidade de reconhecer-se enquanto cidadãos/ãs de direitos e enxergar o que acontece em todo contexto social que impede que esses direitos sejam garantidos,

A conquista da participação admite inúmeras concretizações históricas, inclusive das violentas, se os opressores forem também violentos. Mas há igualmente formas lentas e soturnas de conquista, como é o processo educacional, a ativação comunitária baseada na identificação cultural, etc.Em todo caso, não existe por descuido ou por comodidade.Precisa ser conscientemente construída.É luta nesse sentido.(DEMO, 2001, p.85)

Dessa forma, o significado da palavra parte de vários contextos, tanto seja social, político, econômico ou cultural, o que se ressalta são os resultados que se pode alcançar quando se entende o que é participação e essa valorização surgiu apenas quando outras questões são descobertas, como o reconhecimento histórico cultural da sociedade.

### **3. A ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA ASA- ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO EM POÇO VERDE-SE**

Neste capítulo será abordado o histórico da Articulação do Semiárido Brasileiro- ASA, tanto no seu contexto geral como especificamente no estado de Sergipe, será analisado como essa articulação atua numa proposta de formação e mobilização da sociedade civil na busca pela qualidade de vida no Semiárido, numa perspectiva de convivência e justiça social.

Será aprofundada a questão da autonomia exercida por representantes da sociedade civil no controle social das tecnologias sociais desenvolvidas pela ASA, principalmente no município de Poço verde, como essa representação auto se organiza e quais os princípios que regem essa organização.

É relevante explanar também sobre o corpo constitutivo que forma essa articulação que atua em todo Semiárido Nordestino e em uma parte de Minas Gerais, nota-se que não há nenhuma representação governamental dentro do mesmo.

O destaque se dará na análise dos dados coletados através da entrevista realizada com os representantes da Comissão Municipal da ASA em Poço Verde, tal entrevista visa proporcionar um maior esclarecimento sobre a autonomia e atuação dessas pessoas nesse contexto de protagonismo da sociedade civil dentro da ASA, tentando entender também quais os desafios enfrentados que impedem esse mesmo grupo organizado de exercer de maneira plena a sua participação mais efetiva dentro de espaços públicos e até mesmo dentro da articulação.



### 3.1 A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO NO ESTADO DE SERGIPE

Esse subtítulo pretende descrever sobre a estrutura da ASA- Articulação Semiárido Brasileiro, iniciando pela sua trajetória histórica até a sua realidade no estado de Sergipe, as informações foram adquiridas através da nossa participação no Encontro Estadual da ASA com tema “ Uma celebração das boas práticas no Semiárido nos dias 26 e 27 de setembro de 2013 no município de Nossa Senhora da Glória, através de explanações em plenária de agricultores/as, representantes da coordenação estadual e representantes das comissões municipais e publicações da articulação.

A sociedade civil atuante no Semiárido representada através de várias associações, igrejas, instituições, fóruns e organizações não governamentais que tinha em seu bojo ideológico a proposta de estratégias para convivência e não de combate à seca, indo de encontro com várias formas que o Estado pensava suas políticas públicas para o povo sertanejo, participou em 1999 do Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3- 3º Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação e Seca em Recife-PE e a partir dos debates entre esses representantes foi criada a Articulação Semiárido Brasileiro.

Afirma Galindo (2008),

Consideramos que os trabalhos realizados no semiárido pelas organizações da sociedade civil começam a ganhar mais visibilidade nos últimos a partir da articulação delas em torno da ASA. (GALINDO, 2008, p. 39).

A ASA é um fórum de organizações da sociedade civil, que reúne atualmente cerca de 3000 entidades entre sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, cooperativas de produção, igrejas, entre outras, que trabalham para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região semiárida.

Tem enquanto missão “Fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o Semi-Árido referenciados em valores culturais e de justiça social”. (ASA, 2001)

Trata-se de uma articulação política sem personalidade jurídica, formada por 10 fóruns estaduais e representada por um coletivo de 20 representantes institucionais, sendo 10 titulares e 10 suplentes, denominada Coordenação Executiva da ASA Brasil (CE).

Essa Coordenação é a instância de decisão política, eleita a cada dois anos, em Assembleia Geral Ordinária, da qual participam representantes dos 09 Estados do Nordeste e mais uma parte semiárida de Minas Gerais. Todos os meses essa coordenação se reúne em Recife-PE para debater sobre uma pauta construída especificamente para os estados com o contexto do Semiárido.

Dessa vontade de lutar por uma vida digna junto às famílias agricultoras nasce em 2000 a proposta do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais- P1MC. A ideia é universalizar o acesso à água nas comunidades semiáridas através de um programa de formação e mobilização social que viria acompanhado de uma cisterna de placa de cimento com capacidade de captar 16 mil litros de água da chuva.

Para que tal objetivo fosse alcançado foi criada a AP1MC- Associação Programa Um Milhão de Cisternas, uma OSCIP- Organização Social com Caráter de Interesse Público que buscava recursos através de Cooperações Internacionais e repassaria para as ONGs e Associações aptas a desenvolver o programa em todo semiárido.

As primeiras cisternas foram construídas com esses recursos internacionais até o Ministério do Desenvolvimento Social-MDS após o Governo Lula dialogar com a ASA e conhecer o P1MC que já acontecia com muita eficácia mesmo com pouco recurso.

Daí por diante a parceria com o MDS começou a se solidificar, até que em 2011 o governo decidiu cortar relações com a ASA e não mais repassar o recurso, nesta fase a sociedade civil já estava muito fortalecida por se tratar de um programa de mobilização e formação social e reuniu em uma semana mais de 15 mil agricultores e agricultoras na cidade de Petrolina, interrompendo a pista que liga Petrolina a Juazeiro protesto quanto ao fim da parceria entre MDS/ASA, o acontecido foi no dia 13 de dezembro de 2011, no mesmo dia o Governo já reatava a parceria com a ASA.

Atualmente a ASA atua através das entidades que são nomeadas de Unidades Gestoras Microregionais- UGM e Unidades Gestoras Territorias- UGT com os P1MC e desde 2005 com o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido- Uma Terra e Duas Águas- P1+2, com o objetivo de desenvolver tecnologias sociais de captação de água da chuva para a produção de alimentos com preceitos agroecológicos, promovendo a segurança alimentar.

O público do P1MC e do P1+2 são famílias residentes na zona rural dos municípios da região semiárida brasileira, sem fonte de água potável nas proximidades de suas casas, ou com precariedade nas fontes existentes, selecionadas a partir dos seguintes critérios: Mulheres chefes de família, famílias com crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes frequentando a escola, adultos com idade igual ou superior a 65 anos, deficientes físicos e/ou mentais.

Os componentes dos programas são: mobilização, capacitação, construção de cisternas, controle social, fortalecimento institucional, comunicação. Em todo processo há o envolvimento das famílias, das comissões municipais e das equipes técnicas.

Acreditamos na diversidade das experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras do Semiárido brasileiro e estamos convencidos de que nelas se produz um conhecimento que, uma vez inter-relacionado com um saber academicamente sistematizado, transformar-se-á num conhecimento propulsor do desenvolvimento sustentável do Semiárido. (Carta de Princípios da ASA).

Um dos atores fundamentais dentro desse processo de construção coletiva da ASA são as Comissões Municipais, em alguns estados conhecidas como Comissões Municipais das Águas, esse grupo é construído pela sociedade civil organizada, são representantes de entidades sem fins lucrativos, das igrejas, pastorais e muitos outros. A grande ação dessa comissão é fazer o controle social dos programas P1MC e P1+2.

Em Sergipe a ASA acontece logo após a sua criação em 2000, nas regiões do Alto Sertão Sergipano, nos municípios de Monte Alegre, Itabi e Poço Redondo, foram reunidas nessas comunidades agricultores e agricultoras,

representantes de sindicatos, associações e igrejas para demandar as comunidades que seriam conquistariam as primeiras cisternas.

Foi então que se formaram as primeiras comissões municipais e conseqüentemente a Coordenação Estadual de Sergipe, a ASA-SE, que atualmente é composta por uma coordenadora titular e uma suplente e por alguns representantes das comissões municipais eleitas em Assembleia Geral que são denominados GT- Grupo de Trabalhos, esses grupos tem a responsabilidade de desenvolver em suas comunidades debates em torno da relação de gênero, preservação da semente crioula, desertificação, agroecologia, comunicação popular e juventude, e estão presentes nos municípios de Monte Alegre, Poço Redondo, Itabi, Porto da Folha, Ribeirópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Tobias Barreto e Poço Verde.

Vale ressaltar que a participação da gestão pública se dá apenas com o financiamento através do MDS, não há nenhuma participação ou representação de prefeitos ou vereadores dentro dessa organização política da ASA.

São três as organizações não governamentais que executam os programas da ASA em Sergipe: a UGM- SASAC- Sociedade de Apoio Social e Cultural que executa apenas o P1MC e as UGTs- Centro Dom José Brandão de Castro- CDJBC e a AMASE- Associação Mão do Arado de Sergipe que executam os programas P1MC e P1+2, os financiadores no estado de Sergipe são o MDS, a FBB- Fundação Banco do Brasil e o patrocinador PETROBRAS. Em alguns estados como Pernambuco e Ceará existe um dialogo entre ASA e o Governo Estadual com relação ao financiamento, em Sergipe nunca houve nenhum diálogo.

### 3.2 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS COM A COMISSÃO MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Poço Verde está localizada a 145 km de Aracaju, capital do estado, com latitude de 10°42'30 sul e longitude de 38°11'00" oeste, posiciona-se a uma altitude de 268 metros. A área do município compreende o total de 430,973 [km<sup>2</sup>](#), a densidade demografica é de 50,97 hab./km, o clima do

município é o semi árido e a sua população segundo dados do IBGE/2010 é de 21.968 ( vinte e um mil novecentos e sessenta e oito) habitantes, cujo IDH (índice de desenvolvimento humano) é de 0,597 considerado médio. (PNDU, 2000).

Está localizado na mesoregião do agreste sergipano e microregião de Tobias Barreto, limita-se em território sergipano com os municípios de Simão Dias e Tobias Barreto e os municípios baianos de Paripiranga, Aduvina, Fátima, Heliópolis e Ribeira do Amparo. O município se destaca pela cultura do feijão, considerado o maior produtor do Estado e o 12º do país, como também produtor de milho, sendo classificado o 2º produtor de milho no Estado, seguido da pecuária e possui 05 povoados e 68 comunidades.

A comissão municipal da ASA surgiu em Poço Verde em 24 de Janeiro de 2002 uma iniciativa do Padre José Ribeiro da Costa, STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Verde e CÁRITAS, FETASE- Federação dos Trabalhadores/as de Sergipe e com o CDJBC que contribuiu com os esclarecimentos em torno da ASA.

Era necessário ter de 03 (três) a 07 (sete) entidades para formar a comissão, na época foram eleitas em Assembleia Geral sete organizações para um mandato de dois anos, dentre elas: STR, CÁRITAS, Igreja Católica, Igreja Evangélica e as Associações das comunidades: Cachorro Morto, Amargosa, Malhadinha e Rio Real e como UGM foi escolhida a ASCAPOVE – Associação da Cultura Artesanal de Amargosa.

Em 2004 a ASCAPOVE já tinha conseguido viabilizar 579 cisternas para escolher novas representações para comissão, dessa vez não foi feita assembleia, mas uma pesquisa e um questionário que identificariam a entidades interessadas em realizar esse trabalho voluntário. Atualmente a comissão municipal da ASA em Poço Verde é composta pelas seguintes entidades: STR, CACTUS- Associação de Desenvolvimento Humano, Social e Cultural, Pastoral da Criança, CÁRITAS/Igreja Católica, ASCAPOVE e Associação dos Agentes Comunitários de Saúde, a UGM é a SASAC e a UGT é a AMASE.

A Comissão Municipal tem o papel de exercer o controle social dentro da ASA, se reuni para discutir e fiscalizar o andamento dos programas, além de ser a base para o levantamento da demanda das comunidades com

maior necessidade de água, visitando as famílias, fazendo seleção e cadastramento e mobilizando as mesmas para participar dos cursos, a exemplo o GRH- Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos, essa comissão é fortalecida ao participar dos encontros regionais, estaduais e nacionais promovidos pela articulação que visa sempre o intercâmbio e a troca de experiências entre comissões, agricultores e agricultoras.

É nesse contexto que foi realizada a pesquisa de campo que terá a sua análise de dados coletados de acordo com o objetivo proposto, quais as questões que ainda impedem a ação efetiva da Comissão Municipal da ASA no município de Poço verde na busca pela garantia de direitos e por que a mesma não consegue atingir o exercício pleno da participação social, mesmo se tratando de um grupo organizado.

A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2013, com a presença de 06 (seis) representantes da comissão, entre eles: a Pastoral da Criança, o STR de Poço Verde, a Associação de Agentes Comunitários de Saúde, a CÁRITAS/Igreja Católica, a CACTUS e a ASCAPOVE, a faixa etária dos participantes é de 20 a 50 de idade, sendo três mulheres e três homens. Nota-se a diversidade de entidades que formam a comissão, sendo que o objetivo é o mesmo, contribuir para a melhoria de vida do povo do semiárido.

De acordo com Alexander (1998 apud Gohn, 2008, p. 69),

A sociedade civil pode ser concebida como um tipo de “Comunidade Civil”, uma esfera solidária na qual um certo tipo de comunidade universal cresce gradualmente, expressa pela opinião pública, ela possui códigos e narrativas próprios expressos em idiomas democráticos, é modelada por um conjunto de instituições particulares, a maioria de notabilidade legal e algumas jornalísticas, e um conjunto de práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito.

O perfil diversificado da comissão denota a capacidade de luta de cada entidade, a sua estrutura tem algo um pouco aproximado com os Conselhos de Direitos que tem como objetivo o controle social diante das políticas públicas exercidas pelo Estado, o diferencial é que não há paridade entre o estado, ela é composta somente pela sociedade civil, mas isso não afirma que essa mesma comissão não possa realizar o controle social não só da ASA, mas também do Estado, pois como foi apresentado na sua linha do

tempo, algumas pessoas também fazem parte dos conselhos de direitos do município, por acreditar que a mudança só acontece se houver a participação de todos e todas, conforme afirma Demo, 1989 “ Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.”

O questionamento com o grupo iniciou-se com a necessidade de perceber como a comissão definia a atuação da sociedade civil na construção de políticas públicas, a mesma afirma que tem uma importância significativa por conhecer as necessidades existentes na sua totalidade e prioridades, é fundamental por que está na base fazendo acontecer, cobrando, fiscalizando e ajudando a construir uma política mais justa e com mais participação popular, afirmam que a sociedade civil representada pelas entidades é a representação plena de povo. Conforme analisa Gohn “A filosofia política de Gramsci destaca a importância da organização da sociedade civil para a mudança da sociedade política, num plano onde há táticas e estratégias denominadas guerra de posição e guerra de movimento”.

Tais afirmações feitas pela comissão e comparadas ao pensamento gramsciano denotam a consciência de como é necessário à presença ativa da sociedade civil de forma que a mesma auto se reconheça como instrumento de transformação diante do Estado.

Outra questão foi sobre o ato de participar e como se dá essa participação dentro da ASA, na resposta do grupo ficou bastante evidente que a articulação possibilita essa participação, mas há uma não compreensão do grupo do que seja realmente está articulado, deixando subentendido esse conceito de participação, eles afirmam que a ASA em seu processo possibilita um olhar aguçado sobre o semiárido e uma dita autonomia e por isso eles falam que é tão motivador e especial, mas mesmo assim percebe-se que o sentimento é de contribuição, de ganho de conhecimento e de empenho em desenvolver a atividades que não são percebidas como uma construção coletiva, dando um teor de tarefa a ser cumprida.

Para DEMO (1989),

O primeiro passo, nesse terreno, é a tendência histórica à dominação. A sociedade organize-se através de polarizações hierárquicas, predominando a postura de cima para baixo. É peculiar ao fenômeno

de poder que haja um lado minoritário que comande, e outro majoritário que seja comandado. Não existe algo preexistente, como se fosse um espaço onde predominasse naturalmente a participação. Se isto encontrarmos, não foi por que preexistia, mas porque se conquistou. (DEMO, 1989, p. 18)

A articulação se estrutura de uma maneira em que todos e todas que fazem parte da mesma se sintam mobilizados para agir coletivamente, estar articulado é está unido em prol de uma mesma causa, conforme Galindo “As estratégias de intervenção dessas organizações são coerentes com a perspectiva do desenvolvimento sustentável da região”.

Essa união das organizações que compõem a ASA é gerada a partir do momento que a busca pelos direitos no semiárido se dá de maneira específica de cada região, mas igualitária no objetivo que se quer alcançar, que para comissão é tudo que está na Carta de Princípios (em anexo) construída por vários representantes das organizações, em dois Encontros Nacionais da ASA, o primeiro que aconteceu em 1999 e o último em 2012.

Quando o grupo foi questionado sobre a relação que se dá entre a comissão e o poder público (Estado), foram apresentadas respostas que mostram que essa relação é vista como uma parceria com a gestão municipal somente, através de liberações de espaços físicos para a realização das reuniões da comissão. Trazendo novamente o conceito de Gramsci sobre sociedade civil. De acordo com Gohn (apud Coutinho, 2008),

“Trata-se de organizar a sociedade civil para democratizar o Estado e seus aparelhos (a sociedade política). Ela não se contrapõe ao Estado mas é uma de suas partes constitutivas, junto com a sociedade política. A sociedade civil é uma esfera do ser social, diz Coutinho (1999), uma arena privilegiada da luta pela hegemonia e pela conquista do poder público”.

Ver-se que, é necessário que a comissão perceba filosoficamente o papel da sociedade civil diante dos aparelhos do Estado, o grupo não deve enxergar o que é direito como parceria, o que é conquista como apoio da gestão municipal. Essa tipo de ação só enfraquece o poder de decisão e autonomia que a sociedade civil precisa conquistar para está representada com igualdade.

Quanto aos avanços no histórico de mobilização da comissão destacam-se os seguintes: desenvolvimento de políticas públicas de acesso



água, já que em 2013 o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social configura como política de Estado o programa Água para todos que está dentro do Plano Brasil sem Miséria, a construção de mais de 1.400 cisternas no município de Poço Verde no período de 2002 a 2013 foi o início dessa luta da sociedade civil.

Para Demo (2001),

Por fim a mobilização qualitativa passa pela lógica do menor, do pequeno, do local. A participação é fenômeno vital sobretudo para os desiguais, que em si são maioria, mas que aparecem influentes em organizações pequenas, num primeiro passo. O pequeno, sozinho, não é nada. Ser pequeno já é um estigma. Mas organizado, ser pequeno torna-se vantagem, por que por aí passa a qualidade organizativa. Assim, pode-se afirmar que é de fato grande aquilo que provém do pequeno organizado. (DEMO, 2001, p.136)

A comissão municipal da ASA em cada estado do semiárido brasileiro, forma uma grande rede que consegue através da mobilização social atingir avanços como foi o acima supracitado, outras ações que o grupo considera como avanço foi a conscientização da população para o não uso de agrotóxico, o incentivo para o reflorestamento, conseguir convencer o prefeito da cidade a não aceitar a entrada das cisternas de PVC, (matéria em anexo), independência da comissão com relação ao poder público na realização das ações junto as famílias agricultoras.

Esses avanços são retratados principalmente na atuação da comissão na zona rural, quando contribuem com os cursos e visitam as famílias que conquistaram a cisterna, é um momento do povo com o povo.

Os desafios mais encontrados que a comissão relata é principalmente um espaço para as reuniões e transporte para a visita as famílias nas comunidades, que eles conseguem superar se utilizando de recursos próprios e solicitando sempre a prefeitura a Casa dos Conselhos de Direitos para poder se reunir, para o grupo seria mais interessante ter uma sede própria e um automóvel exclusivo para que pudessem realizar as atividades com maior êxito.

Nota-se aqui o reflexo das fragilidades das entidades que compõem essa comissão, retratando que as pessoas que representam essas entidades

agem de forma isolada e sem apoio das mesmas, denotando tratar-se de um trabalho voluntário, onde cada um/a se senti responsável em mudar a realidade local.

Segundo Montañó (2011 apud DURIGUETO, 2013, p.116),

“A introdução dos atores sociais, chamado terceiro setor inserem-se numa generalizada cooptação ideológica, num processo de ação social que se torna despolitizado e sustentado na suposta parceria entre classes e entre sujeitos com interesses antagônicos, supostamente perseguido objetivos comuns: o combate à fome, à miséria, a defesa do meio ambiente etc.”

Essa nova estrutura das entidades não governamentais em agir de acordo com o poder vigente num intuito de captar recursos para a sustentabilidade das ações, descaracteriza o modelo de sociedade civil autônoma e conseqüentemente fragiliza grupos como as comissões municipais que tem em seu bojo a busca por garantia de direitos e não as concessões e ditas parcerias.

A ASA por ser constituída por várias entidades como essas, mesmo com toda uma estrutura política democrática não consegue avançar na politização e conscientização dessas entidades em torno do que seja autonomia e sustentabilidade econômica e política, tal reflexão é baseada a partir de falas do grupo que conotam o não investimento dessas entidades nas ações da comissão.

Ainda dentro dos desafios Francimare Araujo, representante da CACTUS traz “A universalização com as cisternas do P1MC, conscientizar o homem do campo para diminuir o uso abusivo de agrotóxico, dar alternativas para combater as pragas, com repelentes naturais e conseguir mais tecnologias do P1+2, para que mais pessoas possam produzir orgânicos e assim melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas”.

Diante do exposto, sabe-se que existe um planejamento anual construído pela Coordenação Estadual, mas a comissão não apresentou um planejamento local para atingir tais objetivos, o que dificulta a execução dos mesmos. Pois para Demo, (2001,p.27), “Entendemos por organização da

sociedade civil, a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização.”

Mesmo com toda dificuldade e falta de tempo, todos/as os/as representantes também participam de outros espaços sociais como os conselhos de direito da criança e adolescente, de saúde, de segurança alimentar, coletivo e grupo de jovens e afirmam que a participação é boa, mas não é como na ASA, que eles consideram ter mais autonomia “A sociedade civil ainda tem muita dificuldade de participação nos conselhos. Eu como representante dos trabalhadores rurais, busco nos conselhos defender os direitos de cada um que represento”, afirma Geraldino Ribeiro de Santana, representante de STR.

Então, depois deste aparato de colocações e reflexões sobre a atuação da comissão, vem a percepção deles/as que estão na luta diária por conquista de espaço e garantia de direitos, sobre o que impede a plenitude da sua ação enquanto sociedade civil, foram trazidas questões que supracitadas nos desafios como o transporte e espaço para reuniões, mas outras questões foram bastante enfatizadas como uma maior comunicação com as Unidades Gestoras, maior apoio das próprias entidades que compõem a ASA, a falta de capacitação para conhecer o papel de uma sociedade organizada e a falta de parcerias com os conselhos de direito e secretarias municipais.

Novamente é trazida a tona, a necessidade de uma estrutura tanto física como de parcerias. A comissão municipal organiza-se de maneira autônoma dentro do município de Poço Verde, mas ainda isolada e sem sustentabilidade, não conseguindo romper as barreiras históricas de enfrentamento da sociedade civil. A ação acontece, com muito amor, respeito, debates e reflexões, mas sem um estudo aprofundado diante de todo contexto que envolve a sociedade civil na contemporaneidade, buscando sempre os culpados e sugando de si todas as energias possíveis.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O histórico da sociedade civil traz em seu arcabouço grandes lutas travadas entre classes, algumas com o objetivo de combater a ordem vigente, outras na busca pelo poder do estado e ainda aquelas que tentam mudar

alguns aspectos sociais e culturais gerado pelo sistema capitalista. Mas todas as lutas se inserem em um mesmo espaço, a busca pela garantia de direitos e a participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A ASA- Articulação Semiárido Brasileiro tem na sua composição histórica a luta de classes, entre aqueles que se utilizam da posição social e econômica para ter acesso a água no semiárido e aquelas famílias agricultoras que continuavam acreditando que não ter água no sertão era castigo de “Deus”.

Essa realidade vem sendo modificada ao longo dos treze anos de atuação dessa articulação, mas mesmo com todas as conquistas almejadas por essa organização da sociedade civil, nota-se que a caminhada ainda é muito longa até que se construa uma consciência política em todos/as atores sociais que compõem essa articulação.

O estudo teórico realizado trouxe-se amplitude a visão de protagonismo e participação da sociedade civil, conseguindo detalhar quais os fatores que impedem a comissão municipal de agir com maior eficácia na sua luta pela vida justa no semiárido os mais explicitados são a falta de estrutura física das pequenas organizações que compõem a comissão, a falta de planejamento e organização das atividades e a falta de um estudo aprofundado, crítico e reflexivo que pudesse fortalecer o grupo no que diz respeito ao seu papel enquanto protagonista da sociedade civil e agente transformador da ordem vigente. De acordo (DEMO, 2001 ) “ Não pode, então, haver participação dada, doada, preexistente. Somente existe na medida que a conquistarmos, num contexto de esforço conscientizado das tendências históricas contrárias”.

A comissão municipal da ASA no município de Poço Verde esbarra na dificuldade de manter-se autônoma, mesmo com toda capacidade de mobilização e articulação nas comunidades rurais, o grupo não consegue avançar por não perceber a necessidade de um debate político mais aprofundado do que seja a atuação da sociedade civil e como a mesma precisa fortalecer as entidades não governamentais que representam em torno desse debate.

O Estado tem na sua postura neoliberal a tendência de cada vez mais afastar-se das responsabilidades que lhe cabem diante da sociedade,

passando essa responsabilidade social para empresas privadas e entidades não governamentais o chamado terceiro setor, é preciso que essas organizações estejam preparadas e formadas politicamente para que possam construir uma sociedade que pense e lute com a participação de todos e todas.

O fato desse comportamento atribuído pelas ONGs- Organizações Não Governamentais, com certeza é o principal motivo de enfraquecimento da sociedade civil, pois não se trata mais de uma luta de classes, com ideologias próprias que objetivavam uma mudança na estrutura econômica e social da sociedade, mas agora de uma falsa parceria com o Estado, que diz garantir a participação, onde na verdade está apenas preocupado em atingir seus interesses de forma que a sociedade civil esteja tão acomodada que não perceba as reais intenções.

Partindo do pressuposto que a sociedade civil teve uma importante atuação na década de 70 e 80, onde vários movimentos sociais, Ongs, associações e diversos grupos organizados despertaram com relação ao reconhecimento da sua força diante da ordem vigente, provocando assim várias mudanças até resultar na CF/88- Constituição Federal de 1988. O fator predominante naquela época foi a introdução teórica e filosófica nesses grupos, que embasaram várias ações de forma conscientizada e politizada, na busca por uma militância efetiva em prol da população que sofria com regime da época.

A construção da consciência política é um processo que precisa ser realizado coletivamente, minuciosamente, respeitando as especificidades de cada grupo, embasado em um estudo filosófico que possa abrir caminhos para os questionamentos atuais, o sistema é selvagem, as culturas da sociedade estão sendo a cada dia substituídas por culturas de massas onde o único objetivo é o consumo. Para que a participação seja efetiva é preciso parar e analisar de que forma essa participação está acontecendo, para se tornar protagonista é preciso acreditar que é possível a transformação sem que seja necessário acordos políticos partidários.

A sociedade civil precisa urgentemente despertar novamente para a importância do seu diante das desigualdades existente, a partir do momento que ela perceber a força que há na mobilização, na articulação, na

conscientização, na participação e na ação, e que isso só poderá acontecer convicto da necessidade da luta de classes.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amman, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1991.

ASA. Declaração do Semiárido- **Proposta da Sociedade Civil para Convivência como semiárido e o combate a desertificação**. Recife, 26 de novembro de 1999.

ASA. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais- P1MC**. Recife, agosto de 2001 (texto).

ASA. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas- P1+2**. Recife, 2005 (texto).

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M>> 91 00 Ranking decrescente (pelos dados de 200).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política social participativa. São Paulo, Cortez, 2001.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. **Intervenção Rural e Autonomia**: a experiência da articulação do semiárido- ASA em Pernambuco. Recife, Universitária da UFPE, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo, Cortez, 2008.

HORA, Michelle Marry Costa Campos. **Movimentos Sociais**. Aracaju, UNIT, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: [censo2010.ibge.gov.br](http://censo2010.ibge.gov.br)

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 2004.